

# PF paulista quer os 6 anos só para Sarney

Quatro dos seis deputados da bancada paulista do PFL na Constituinte — Ricardo Izar, Fausto Rocha, Agripino Lima e Mendes Thame — procuraram ontem o presidente José Sarney para defenderem o direito de manutenção do mandato presidencial em seis anos, sem que seja alterado o texto constitucional em vigor, decorrente do pacote de abril de 1978. Os deputados liberais paulistas, contudo, entendem que o País tem "vocação" para períodos de governo curtos e, por isso, anunciaram que lutarão pela fixação de mandato presidencial em quatro anos, a constatar das disposições transitórias da nova Carta, mas vigorando só para o sucessor de Sarney.

Segundo revelou Ricardo Izar, o presidente Sarney manteve-se discreto diante da manifestação de solidariedade, preferindo não dar sua opinião a respeito da duração do mandato, por entender que qualquer declaração sua nesse sentido poderia interferir no poder soberano da Constituinte. Os deputados aproveitaram a audiência para transmitir sua preocupação com os rumos da economia, sobretudo a presença do Estado no setor.

No PMDB, são vários os constituintes que acreditam que a fixação do mandato presidencial sofrerá influência da crise econômica e do desempenho político e administrativo do governo durante o funcionamento da Constituinte. Entre os que crêem nessa hipótese estão os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

## REDUÇÃO PARA TODOS

Quanto à transitoriedade do mandato de Sarney, questão levantaria pelo líder do PT, Luiz Inácio da Silva, o Lula, foi contestada por Hélio Duque (PMDB-PR) e Guilherme Afif Domingos (PL-SP). "O mandato do presidente Sarney é tão transitó-

rio quanto o nosso, de deputados e senadores. O mandato presidencial pode ser reduzido, se é verdade que a Constituinte pode tudo. Mas, por esse mesmo princípio, o dos parlamentares também pode. Afinal, fomos eleitos com base na Constituição vigente e para sermos deputados e senadores, não exclusivamente constituintes" — comentou Hélio Duque, observando que não existe Assembléia Nacional Constituinte, mas um Congresso Constituinte, cuja legislatura, a 48ª, poderia ser de apenas um ou dois anos, o suficiente para que fosse elaborada a nova Carta.

Afif concorda e acentua que os políticos tradicionais não estão acostumados a pensar em termos de lucidez e isenção, pois muitas vezes ficam limitados por motivos pessoais e partidários. "Nosso mandato está fixado em quatro anos — argumentou — e o do presidente em seis. Mas, se a Constituinte pode absolutamente tudo, como desejam certas correntes do PMDB, pode também reduzir nosso mandato. E nós, parlamentares, teríamos de aceitar isso com a mesma grandeza com que, supomos, Sarney receberia tal medida."

Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), qualquer redução do período de mandato presidencial fixado na atual Constituição seria um "golpe". Já o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) acha que a Constituição deve ser respeitada e entende que seis anos é um prazo razoável para se fazer um obra administrativa e política. No caso de Sarney, notou, seus dois anos de governo até agora foram consumidos pela emoção da morte de Tancredo Neves, pelas eleições municipais e a Constituinte. O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, está de acordo, mas alerta que o governo deve manter bom desempenho político, econômico e administrativo.